

Valério Ayres



Ao desembarcar no aeroporto, Aparecido anunciou que vai falar com Sarney sobre eleições e reforma no GDF

ELEIÇÕES NO DF

Diretas só depois do sinal verde de Sarney

O governador José Aparecido só se pronunciará sobre a questão da autonomia do Distrito Federal e de eleições diretas em 88 para a escolha do chefe do executivo local, teses defendidas pela Comissão do DF da Assembléia Constituinte, após falar com o presidente José Sarney. Ele deverá ir ao Palácio do Planalto no início da semana, quando discutirá também a reforma do secretariado do GDF.

Ao chegar ontem às 17h30 no Aeroporto Internacional de Brasília, num vôo direto de Belo Horizonte, o governador encerrou sua viagem de serviço a países da Europa e da América do Norte. Ao

todo, foram 29 dias de viagem, que lhe renderam recursos da ordem de US\$ 160 milhões (63 já estão assegurados e 100 em fase de negociação) financiados por bancos internacionais para a execução de projetos nas áreas de agriculturas, saneamento e abastecimento de água.

Apesar de não ter conseguido recursos para a implantação do metrô de superfície em Brasília, o governador chegou convencido que o transporte de massa é o "caminho inevitável" das grandes cidades. Disse que não há em nenhum local do mundo cidades com mais de 1 milhão e meio de habitan-

tes que não tenham partido para essa solução.

José Aparecido falou por mais de meia hora na sala "vip" do aeroporto, mas respondeu com evasivas sobre as questões políticas, como a reforma do secretariado e autonomia do DF. Destacou que defendeu a autonomia política do DF em seu discurso de posse e que essa é uma opinião dele. Mas há uma opinião mais importante, segundo frisou, que é a do presidente José Sarney, a quem ele presta toda solidariedade.

Sobre a reforma do secretariado afirmou apenas que iniciaria as conversações com os partidos

políticos na próxima semana e que ela será feita respeitando os princípios da Aliança Democrática, que dá sustentação ao governo. Admitiu que deverá ter muito jogo de cintura no comando das reformas, tendo em vista que todas as secretarias são estratégicas e que tanto o PMDB como o PFL reivindicam cargos igualmente.

Por último, o governador frisou que respira "aliviado" por encontrar Brasília sem greves. "Isso prova a sensibilidade do povo brasileiro, que vive em um momento difícil e a competência do governador Guy de Almeida", enfatizou o governador.

O voto e o veto segundo os juristas

O anteprojeto do relator Sigmaringa Seixas (PMDB-DF), aprovado por unanimidade pela Subcomissão da União, Distrito Federal e Territórios e ratificado pela bancada brasileira na Constituinte, enfrentou seu primeiro obstáculo na Comissão de Organização do Estado, presidida pelo senador José Richa (PMDB-PR).

A polêmica gira em torno da situação excepcional em que se situa o Distrito Federal como unidade da Federação: É a sede do poder central e cidade habitada por mais de 1 milhão e 600 mil pessoas, com seus problemas peculiares. No entanto, sua receita depende em cerca de 64% dos recursos da União.

Reação

"É inimigo do Distrito Federal todo aquele que vier contra seu projeto de autonomia", reagiu o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção DF, Amauri Serralvo.

Na opinião do ex-deputado João Gilberto, coordenador de assuntos da Constituinte da UnB, a proposta do relator, comete dois equívocos: confunde a personalidade jurídica do Distrito Federal e define sua autonomia política sem esclarecer a dependência



"Acredito que até chegar ao plenário para votação, seja encontrada uma proposta de consenso que dê a autonomia"

João Gilberto

econômica. Para ele, o anteprojeto da Subcomissão da União, DF e Territórios, dificulta sua viabilidade de aprovação, na Constituinte.

"Acredito, no entanto, que até chegar ao plenário para votação, se encontre uma proposta de consenso para assegurar a autonomia do Distrito Federal. Porém, de forma em que a questão foi colocada, se caminha para o impasse", disse João Gilberto.

Superestado

Ao sair do âmbito do Distrito Federal, para ser discutida entre os parlamentares de outros estados, o que se questiona na proposta da Subcomissão, é se com a autonomia concedida, o Distrito Federal se tornaria um superestado, por sediar a capital da República. "E o que temem os constituintes dos demais estados brasileiros", esclarece o ex-

deputado João Gilberto (RS).

Alijar Brizola

Para o jurista Galba Menegale, as dificuldades criadas para a aprovação da autonomia do Distrito Federal tem um endereço certo, alijar do poder o partido de Leonel Brizola, o PDT.

A seu ver, manter o status quo, tendo Brasília como área de segurança nacional, é uma forma de contrapor à vontade popular, expressa nas urnas em 15 de novembro. "Somados os votos dados ao professor Lauro Campos (PT) e a Maerle Ferreira Lima (PMDB), vê-se que as esquerdas foram as vencedoras das eleições, só não assumiram por causa da sublegenda, que só foi banida depois do pleito", explica o jurista.

"O povo de Brasília não pode mais ficar manietado e cassado, como afirmou Tancredo Neves", ressaltou o presidente da OAB-DF, Amauri Serralvo.

A polêmica, entretanto, promete ser maior quando a matéria for apresentada no Plenário da Constituinte. Lá, o PMDB nacional vai ter um confronto com o PMDB local, que luta para que Brasília tenha, enfim, um governador eleito pelo povo.



"Somado os votos, vê-se que as esquerdas ganharam as eleições. Só não assumiram por causa da sublegenda"

Galba Menegale



"O povo de Brasília não pode mais ficar manietado e cassado, como afirmou Tancredo Neves"

Amauri Serralvo